



## A Identidade Transgênero no Jornal Impresso<sup>1</sup>

Annelize Pires AUGUSTO<sup>2</sup>

Jean Cristtus PORTELA<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira as identidades de sujeitos transgêneros são construídas nos atores semióticos inseridos no discurso em uma matéria publicada no jornal diário *O Estado de S. Paulo* e como esses atores estão relacionados com o tempo e o espaço das matérias publicadas. Como fundamentação teórica será utilizada a semiótica discursiva de A. J. Greimas e seus colaboradores, que busca determinar como o sentido é construído nas produções textuais por meio de vários níveis de complexidade, especialmente os níveis discursivo, narrativo e fundamental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transgênero; Identidade; Semiótica Discursiva; *O Estado de S. Paulo*; Jornalismo

### INTRODUÇÃO

A transgeneridade não é um assunto sobre o qual temos uma bibliografia diversa em que constam numerosas fontes, especialmente nos estudos discursivos. No entanto, o número de teóricos interessados nessa temática tem apresentado um gradativo aumento. Até mesmo no modo de referir-se lexicalmente ao indivíduo transgênero ainda há pouco consenso. Podemos nos referir ao indivíduo transgênero no sentido adjetivo, como uma característica da pessoa, ou substantivo, como uma designação do que o sujeito é, o que, muitas vezes, acaba por confundir e não por contribuir para o entendimento do termo.

O lexema “transgênero”, tradução aproximada de “transgender”, do inglês, não se encontra registrado nos dicionários da língua portuguesa *Aurélio*, *Houaiss*, *Caldas Aulete* e *Michaelis*, embora esteja incluído, como adjetivo, em dicionários de psicologia, como o *Dicionário de Psicologia da American Psychological Association*, com a seguinte definição: “*Transgênero*: adj. Ter [sic] ou relativo a identidades de gênero que diferem de papéis de gênero e sexo biológico culturalmente determinados. Os estados

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 03 a 05 de julho de 2013.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Comunicação Social: Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP-Bauru. E-mail: annelize.pires@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP-Bauru e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP-Araraquara. E-mail: jean@faac.unesp.br.



transgênero incluem transexualismo, algumas formas de travestismo e intersexualismo. Esses estados não deveriam ser confundidos com orientação sexual ao mesmo sexo” (VANDENBOS, 2010, p. 972). Autores que escrevem sobre questões de gênero e sexualidade também citam o termo transgênero (JESUS, 2012; VENCATO, 2002; SANTOS, 2012), que figura na Wikipedia. No buscador do Google, por exemplo, há 32.700 ocorrências de “o transgênero” e 4.270 ocorrências de “os transgêneros” (dados de busca de 21/03/2013), o que indica um uso amplamente aceito de “transgênero” em seu sentido substantivo.

O termo *transgênero* tornou-se a definição para um grupo no qual se encaixam indivíduos transexuais, *drag queens*, travestis e todos aqueles que não seguem a padronização socialmente formulada para seu gênero biológico.

[...] transgender é uma palavra que quer englobar os vários 'transgêneros', que são travestis, transformistas, transgenderistas, drag queens, cross-dressers, transexuais também e mais nada, e que engloba todos, todos esses grupos. Qualquer um desses grupos pode ser homossexual, como heterossexual, como bissexual, mas desde o momento que sejam transgender[...]. (JAYME, 2001, p. 20 apud VENCATO, 2002, p. 11)

Neste trabalho o termo será empregado para determinar o indivíduo transgênero em sua mais restrita definição, ou seja, pessoas que não se sentem confortáveis em seus corpos biológicos e desejam ou optam por viverem de acordo com o gênero que foi por eles redefinido.

Os indivíduos reconhecidos como transgêneros são aqueles que acreditam não estar em conformidade com o seu sexo biológico, e que buscam, de alguma maneira, uma redefinição que estabeleça uma equivalência com a maneira como eles pretendem ser reconhecidos pela sociedade.

A sociedade sempre se utilizou de padronizações e conceituações como uma forma de buscar normatizar e delimitar fronteiras entre o que seria aceito e o que não seria, e durante algum tempo houve um sentimento entre os cidadãos de resignação, fazendo com que muitos transgêneros optassem por não expor sua condição por medo de represálias. Conforme a sociedade foi passando por mudanças, ocorreu uma liberalização na forma como as identidades era explicitados, o que não significou uma total aceitação daqueles que não se enquadravam nas dicotomias que um dia foram estabelecidas, como feminino/masculino, homem/mulher e heterossexual/homossexual.



Ainda hoje a condição identitária da população transgênero (composta por pessoas transexuais e travestis) é considerada um transtorno de identidade pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-IV [...]. Essa classificação parte de uma compreensão biologizante dos gêneros, que trata gênero como uma configuração puramente genética, senão meramente genital, confundindo-o com sexo biológico, de modo que qualquer expressão de gênero diferente da atribuída ao nascimento e esperada socialmente para pessoas com vagina ou com pênis é considerada anômala e classificada como um transtorno. Tal perspectiva se contrapõe à que trata o gênero como um conjunto de atos performativos, norma que se materializa discursivamente (BUTLER, 2003), mosaico de identidades construído socialmente, visão esta que permitiria compreender as vivências trans fora de modelos patológicos. (JESUS, 2012, p. 1-2)

Atualmente, vivemos uma abertura das padronizações anteriormente estipuladas, entretanto ainda presenciamos uma constante luta pelo direito de igualdade, independente de seu sexo, idade, condição sexual, transgêneros ainda sofrem com o preconceito e com a negação de seus direitos, sendo, por diversas vezes, estigmatizados e excluídos por parte da população.

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominadas 'transfobia'. (JESUS, 2012, p. 2 -3)

Não pretendemos neste trabalho julgar os valores cultivados por cidadãos ou por instituições e nem refletir sobre os indivíduos transgêneros enquanto sujeitos empíricos, ontológicos, em uma abordagem de tipo social ou psicologizante. Nosso objetivo é refletir sobre como o uso de recursos linguísticos e semióticos contribui para a formação da imagem dos indivíduos transgêneros na matéria publicada no jornal impresso, *O Estado de S. Paulo*. Nossa hipótese é de que a questão identitária dos transgêneros pode e deve ser pensada como uma questão discursiva, já que depende de posicionamentos, de projeções da enunciação e de figuras que estão no âmbito da linguagem, notadamente no que diz respeito à compreensão que a sociedade tem dessas identidades, concepções essas que orientam a produção jornalística.



O estudo tem como objetivo utilizar o percurso gerativo de sentido para analisar uma matéria jornalística, examinando como os elementos discursivos, especialmente os atores transgêneros, foram construídos no discurso e quais esquemas narrativos, modalidades e valores foram investidos no percurso de tais atores. Busca-se verificar como se deu a construção narrativa do texto analisado, de modo a compreender os recursos de narração e enunciação utilizados na matéria.

Após escolher o lexema (“transgênero”) e a mídia (jornal impresso) para a realização das buscas que nos levaram à escolha do córpus, escolhemos o arquivo on-line do jornal *O Estado de S. Paulo* para extraí-lo. Inicialmente, foi feito um levantamento da ocorrência do lexema escolhido no *Estado* no período de julho de 2011 a junho de 2012 e foram retidas para análise apenas as matérias que tomam os indivíduos transgêneros como seus atores principais, descartando aquelas que os tenham como personagens secundários ou apenas os citem isoladamente.

A matéria analisada neste trabalho, “Em blogs e livros, pais se abrem sobre crianças que desafiam padrões de gênero”, foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 20 de outubro de 2011, no caderno “Notícias”, e foi produzida a partir dos depoimentos dos familiares dos indivíduos transgêneros e de outras fontes que complementam os depoimentos.

## **DA TEORIA SEMIÓTICA**

Como já dissemos, neste trabalho utilizaremos como fundamentação teórica a teoria semiótica de A. J. Greimas e seus colaboradores, que elaboraram, a partir dos anos 1960, uma semiótica centrada nos aspectos narrativos e discursivos dos textos, na forma de uma organização contemplada no chamado percurso gerativo do sentido.

Para Barros (2011, p.5), “a semiótica insere-se, portanto, no quadro das teorias que se (pre)ocupam com o texto”. Logo, a semiótica tem como princípio a busca por compreender o texto e a forma como ele diz o que pretende dizer.

A semiótica greimasiana tem o texto como sendo uma unidade pertinente de análise e daí partindo para as análises em diferentes níveis de significação, os quais são três: nível fundamental, nível narrativo e nível discursivo, sendo o primeiro mais abstrato e simples e o último mais concreto e complexo, todos podendo receber descrições independentes, ainda que a compreensão de um texto dependa de uma leitura que articule todos esses patamares.



No nível fundamental, concebe-se a oposição entre elementos semânticos para que o discurso possa ser desenvolvido. Tais elementos podem, por exemplo, ser enquadrados na categoria da foria: o eufórico, considerado uma marca positiva, e o disfórico, marca negativa. Não sendo tais valores pré-determinados, eles dependem da forma como são representados no texto.

O nível narrativo descreve a organização mínima necessária para que ocorra uma narrativa, sendo essa organização um estado inicial, uma transformação e um estado final, que põem em causa ao menos um actante sujeito e um actante-objeto. As relações de junção e transformação contidas na narrativa, chamadas de enunciados elementares, são classificadas de dois modos: enunciados de estado, aqueles em que são estabelecidas relações de junção, podendo ser disjunção ou conjunção entre um sujeito e um objeto; e enunciados de fazer, que mostram as transformações que ocorrem para que se passe de um estado ao outro. Existem também dois tipos de narrativas mínimas: a de aquisição, quando se tem um estado inicial disjunto e um estado final conjunto, e a de privação, quando se tem um estado inicial conjunto e um final disjunto.

Sendo narrativas complexas, os textos são formados por diversos enunciados, tanto de fazer quanto de estado, que são organizados por uma hierarquia. A estrutura narrativa dos textos é formada por quatro fases que completam um percurso narrativo canônico: a *manipulação*, quando um sujeito tenta fazer com que outro faça alguma coisa; a *competência*, quando o sujeito que vai realizar a transformação principal é dotado de um saber e/ou poder fazer; a *performance*, momento em que a mudança de estados principal ocorre; e, finalmente, a *sanção*, quando se confirma a realização da performance e se reconhece o sujeito que executou a transformação. O programa narrativo pode ser representado pelo seguinte modelo:

$$PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$$

Em que:

F: função

$\rightarrow$  : transformação

S1: sujeito do fazer

S2: sujeito do estado

$\cap$ : conjunção



### Ov: objeto de valor

Ainda no nível narrativo, tem-se a semântica narrativa, momento em que os valores se relacionam com os objetos. Os objetos podem ser objetos modais, quando possibilitam acesso ao objeto de valor; e podem ser somente objetos de valor, que são adquiridos para que a performance principal possa ser realizada. O que determina o fazer e o ser dos sujeitos narrativos são as modalidades, que são predicados que controlam a ação, como o querer e o dever, o saber e o crer, e o poder.

O nível discursivo é o momento em que “as formas abstratas do nível narrativo são *revestidas* de termos que lhe dão concretude” (FIORIN, 2011, p. 41). Tem-se um sujeito da enunciação que, por meio da figurativização e da tematização, faz com que a narrativa se torne um discurso.

O discurso é projetado pelo sujeito de acordo com suas escolhas visando o sentido que se pretende produzir. Os efeitos enunciativos produzidos podem ser de dois tipos: de distanciamento, chamado de *debreagem enunciativa*, que é quando o discurso é feito em terceira pessoa, com o tempo do “então” e o espaço do “lá”; ou de proximidade, chamado de *debreagem enunciativa*, que equivale à primeira pessoa. Tem-se também a *debreagem interna*, quando a voz do texto é cedida para interlocutores que falam em primeira pessoa, dando a impressão de realidade ao discurso.

O discurso visa produzir diferentes efeitos de realidade e estabelecer um contrato entre o enunciador e o enunciatário. Para isso, fazem-se necessárias a tematização, que é a estruturação abstrata de valores narrativos e sua difusão em percursos construídos pela recorrência de semas, e a figurativização, que ocorre quando figuras concretas revestem as unidades abstratas dando-lhes a sensação de realidade.

Esses três patamares da significação de um texto são, antes de tudo, três formas de analisar e compreender a circulação das figuras e dos valores em determinado discurso. Sobretudo a partir dos anos 1990, a semiótica discursiva recebeu novas contribuições teóricas, que fizeram com que a noção de percurso gerativo de sentido recebesse reformulações, embora essa noção tenha se mantido relativamente estável. Nesta pesquisa, pelo menos em um primeiro momento, vamos nos ater aos parâmetros de análise do percurso gerativo, sem descartar incursões por outras proposições teóricas afins.



## JORNALISMO E SEMIÓTICA

A sociedade avança em uma constante mudança, valores e modelos que um dia foram impostos à sociedade, hoje já se tornaram obsoletos. Os tabus que antigamente não poderiam ser mencionados publicamente, atualmente são debatidos em alta voz, inclusive por meios de comunicação de massa, que cumprem um importante papel na abertura do universo de valores para a sociedade.

O jornalista é visto como um formador de opinião por um grande número de pessoas ou, ainda, como um influenciador da sociedade. Os meios de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão e produtores de conteúdo digital, abrangem uma vasta parcela da sociedade, sendo raro encontrar alguma pessoa que não tenha acesso a algum desses veículos. Por tal característica, eles não possuem somente o papel de transmissores de informações, mas também de selecionadores de informações.

No senso comum, quando se fala que o jornal seleciona a matéria ou que tem a pretensão de mostrar o fato por meio de determinado ponto de vista, não estamos falando do veículo jornal em sua concretude e, sim, da orientação que o meio de comunicação segue e de sua linha editorial. Antes mesmo de o jornalista escrever a matéria, ele tem em mente que o veículo para o qual trabalha tem um código de ética que deve ser seguido, uma maneira própria de informar seu público, fatos que não são publicados, palavras que não são usadas e que ele, como representante do jornal, deve estar ciente.

Esse código deontológico do jornal é conhecido também como linha editorial, características que fazem com que certo veículo seja identificado por seus leitores sem que seja necessário saber quem escreveu o texto ou ver a página do jornal. O jornal é um actante-destinador, seu papel actancial é definir a forma como determinado fato será publicado. Ele delimita os padrões que serão seguidos para que a narrativa se desenvolva, como as transformações ocorridas serão apresentadas e as interpretações a que o leitor irá chegar.

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a linha editorial. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos. (MELO, 2003, p. 75)



O jornal, nesse sentido, é destinador-manipulador, pois comunica as informações sobre a competência dos sujeitos e quais valores estão em jogo na narrativa. Inserido no papel de manipulador, o jornal insere-se em uma divisão deste, ele é destinador-manipulador pois inicialmente analisa o programa de competência dos sujeitos do objeto jornalístico do seu ponto de vista, mostrando para o destinatário quais valores modais foram utilizados, sendo que estes valores podem ser mostrados em sua integridade ou apenas os que seguirem a linha editorial do veículo. Com isso, o jornal pretende convencer o destinatário de que o seu ponto de vista é correto e busca fazer-creer para que, por meio do fazer-interpretativo, o destinatário aceite ou recuse o que ele está narrando. E ele também é um destinador-julgador, pois é responsável por controlar o fazer do jornalista, sancionando-o cognitivamente ou pragmaticamente. O jornalista, por sua vez, surge como um sujeito operador do jornal na produção da notícia, ao mesmo tempo em que pode ser considerado um sujeito destinador em relação às suas escolhas (ideologia, estilo, etc.), que podem entrar em contradição com os princípios do jornal, em maior ou menor grau:

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althusser, pelo menos atuando como uma “indústria da consciência”, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem. (MELO, 1994, p. 67)

O jornalismo, predominantemente, utiliza-se da terceira pessoa para dar voz ao ator no discurso. A *debreagem* enunciativa é usada pelos jornais como ferramenta de distanciamento dos fatos noticiados. Assim, dá-se a impressão de que não é o veículo que está falando o que é noticiado, ele apenas reproduz o fato, não deixando transparecer qualquer tipo de influência ou de controle sobre o que é publicado. A utilização do “*ele-alhures-então*” dá as coordenadas espaciotemporais nas quais os actantes são projetados para que o destinatário seja convencido de que o conteúdo que ali está é verdadeiro.





## ANÁLISE DA MATÉRIA

A matéria intitulada “Em blogs e livros, pais se abrem sobre crianças que desafiam padrões de gênero” foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 20 de outubro de 2011, no caderno “Notícias”. Logo de início já se pode destacar um ponto que deve ser notado: a autoria do texto não é designada a um autor específico, em seu lugar consta BBC Brasil, um ator coletivo.

A utilização de “desafiam padrões de gênero” no título da matéria permite-nos presumir a existência de uma oposição do tipo |manutenção| vs. |violação|, pois se os actantes estão desafiando os padrões, subentende-se que algo foi normatizado e algumas pessoas decidiram não segui-lo.

Na linha fina (linha de texto logo abaixo título de uma matéria), podemos identificar o uso da expressão “mais aceitação”, referindo-se à maneira como as famílias reagem diante do fato de seus filhos serem transgêneros, tal uso de palavras demonstra a conjunção que os pais têm com o valor escolhido por seus filhos: o de não seguir a padronização imposta pela sociedade.

A matéria analisada foi produzida a partir dos depoimentos dos familiares dos indivíduos transgêneros e de outras fontes que complementam os depoimentos. O texto tem início descrevendo a história de CJ, um menino que aos dois anos e meio demonstrou sua preferência por bonecas e fantasias de princesas, brinquedos considerados femininos e não por brinquedos tradicionais “de menino”, fazendo com que sua mãe ficasse alarmada e buscasse ajuda. Decidida a não reprimir seu filho, ela criou um blog para compartilhar as experiências vividas com seu filho.

No nível fundamental, identificamos a oposição |natureza| vs. |cultura|: era culturalmente esperado que ele como menino quisesse brincar com os “tradicionais brinquedos de menino”, mas ele seguiu seu impulso natural, mesmo não sabendo que o estava fazendo, e preferiu brincar com os brinquedos pelos quais tinha atração. No nível narrativo, temos a busca pelo objeto-valor “ser o que se é” ou “poder querer”, que faz das barbies e das fantasias de princesa objetos modais. CJ quer entrar em conjunção com o objeto, ele quer-ter o objeto e ele tem competência para executar a performance de aquisição, investindo sua vontade de obter o seu propósito, no final do percurso conseguindo a sanção pragmática, que foi a não reprimenda por seu modo de ser.

O segundo percurso narrativo contido na matéria jornalística descreve a história de Jackie, que nasceu menino e recebeu o nome de Jack, que com um ano e meio se



recusava a vestir roupas de menino e quando completou 10 anos disse para seus pais que era uma menina e gostaria de se assumir enquanto tal. Seu percurso se inicia com a oposição |ser| vs. |parecer|, ela nasceu menino, mas se sente como uma menina ou, em outros termos, Jack *parece* menino, mas sente que *é* menina. Assim, Jackie sendo dotada da competência do querer e do dever ser, busca o valor poder-ser o que deseja e investe no objeto-valor, rompendo com o contrato estabelecido, que seria de se comportar como um menino por ter nascido assim. Ela investe na programa de aquisição para entrar em conjunção com seu desejo de se tornar uma menina “de verdade”, inclusive tomando hormônios.

O terceiro percurso narrativo contido na matéria tem como actante Dyson, um menino que se interessa por roupas de princesa e era repreendido por sua mãe, até que um dia resolveu que seria um “menino princesa”, no entanto ele se enxerga como um menino.

Todos esses percursos narrativos descritos na matéria têm características semelhantes. Além dos actantes principais, outros actantes compõem a narrativa, atuando como sujeitos adjuvantes. Na matéria analisada, esses adjuvantes são mães ou familiares, que dão apoio para seus filhos alcançarem os objetos-valor. É curioso notar que o enunciador optou por retratar e reunir narrativas eufóricas, ou seja, todas tiveram um final positivo.

Cada percurso narrativo tem suas especificidades, no entanto, nota-se que todas as narrativas são perpassadas por oposições semelhantes, como, por exemplo, a oposição |aceitação| vs. |rejeição|. Todas as famílias buscam que seus filhos sejam aceitos pela sociedade da maneira como são e que não sofram nenhum tipo de rejeição ou preconceito. Tem-se também a oposição |individualidade| vs. |coletividade|, cada mãe deseja que seu próprio filho legitimados pela sua maneira de ser, elas também buscam ajudar outras pessoas que também passam por isso. Essa oposição pode mostrar outra interpretação: a coletividade engloba a normalidade, um conjunto de regras que todos seguem e a individualidade seria a singularidade, a maneira única que cada actante tem de ser e fazer.

O enunciador, pressuposto pelo narrador-jornalista, une todos esses percursos narrativos formando um único bloco textual. ele é um actante na narrativa e um observador, pois o jornalista não narra o discurso em primeira pessoa ele delega vozes internas no texto que dão seus pontos de vista,

Nessa matéria de *O Estado de S. Paulo*, temos alguns tipos de informantes: os familiares, os especialistas, os psicólogos. Seus testemunhos validam ou invalidam



percursos. Os testemunhos são construídos em torno dos valores da aceitação, da singularidade, da natureza e do ser. O enunciador, ainda que se construa no texto enquanto narrador-jornalista distanciado pela debreagem enunciativa e pela projeção de debreagens internas que dão voz aos vários atores, revela por meio de suas escolhas um posicionamento. Na matéria, foram identificadas lexias assumidas pelo narrador-jornalista como “dificuldades que ele deve enfrentar” ou “não se encaixam em definições claras de gênero”. Essas afirmações, por mais neutras que pareçam, revelam a posição ambígua do transgênero na sociedade.

A opção do enunciador por retratar só casos de meninos que querem ser meninas pode dar margem ao equívoco de que só esses sujeitos são denominados transgêneros. A figuratividade do transgênero, nos casos retratados, é a figuratividade da perda das condutas tipicamente masculinas, a figuratividade das bonecas e princesas. Não se pode precisar o quanto essa forma de figurativizar a transgeneridade é deliberadamente intencional ou, ainda, circunstancial, eivada de preconceções implícitas, mas o fato é que a matéria explora uma só forma de transgeneridade de modo eufórico (a passagem do sexo biológico masculino ao gênero feminino) e se omite em relação à outra (a passagem do sexo biológico feminino ao gênero masculino).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 5.ed. São Paulo: Editora Ática, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In **Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero**, VI, 2012. Disponível em:  
<[http://www.pr5.ufrj.br/diversidade/images/IDENTIDADE\\_DE\\_G%C3%8ANERO\\_E\\_POL%C3%8DTICAS\\_DE\\_AFIRMA%C3%87%C3%83O\\_IDENTIT%C3%81RIA.pdf](http://www.pr5.ufrj.br/diversidade/images/IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_E_POL%C3%8DTICAS_DE_AFIRMA%C3%87%C3%83O_IDENTIT%C3%81RIA.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2013.



MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MELO, José Marques de. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª edição. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira. 2003.

VANDENBOS, Gary R.; Dicionário de Psicologia da APA-American Psychological Association. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

VENCATO, Anna Paula. “**Fervendo com as drags**”: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84381/183795.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 16 maio 2013.